foi colocado em discussão o ofício apresentado pelo Sr. Dr. Francisco Rodart. Usando a palavra, o Sr. Clóvis Ribeiro, solicitou que o proponente, retirasse juntamente com sua bancada outros pedidos e foram apresentados em plenário. Sendo assim o Sr. proponente retirou seu requerimento. Os ofícios solicitados pelos Srs. José Santana e João Batista Goulart, foram aprovados. Pela ordem o Sr. Souza Lima, requereu cópia de ata do dia onze do corrente. 4ª e 5ª parte não houve. Passando a esta parte ficou determinado para a próxima sessão a discussão dos projetos 4, 5 e 6/63 relativos a Reforma Administrativa da Prefeitura. Nada mais havendo a se tratar foi encerrada a sessão, ficando determinada a próxima para o dia 27 do corrente. Em tempo: onde se lê; o Sr. José Santana e contra a 10% de comissão ao zelador do matadouro; leia-se, o Sr. José Santana é contra a amplitude que o artigo daria como comissão e sou contra também quanto ao sistema de arrecadação fora da tesouraria da Prefeitura."

Clóvis Ribeiro Presidente

[illegible] Sec. ad-hoc.

[illegible] de Souza Lima

Goulart

José Cornélio

José Santana

[illegible] Giarolla

Diwal Silva

Ata da décima sessão da quarta reunião ordinária da Câmara Municipal de Lavras, no período legislativo de 1963. Aos dias vinte e sete de agosto do corrente ano, reuniu-se na sala de sessões da Câmara, dez senhores vereadores, ocupando a presidência o Sr. Clóvis Ribeiro e como secretário o Sr. Dr. Francisco Rodart. Deixaram de comparecer os Srs. [illegible] Filho, Sebastião Ferreira e José Torres de Mesquita. No expediente registou: Ofício da ASSEPPHAN comunicando vinda de membros da organização no início de setembro; ofício do Departamento de Administração [illegible] balancete de julho; correspondência expedida: ao Dr. José Gilman Neto, pr-

pedido consiste, ao Chefe do Executivo solicitando informações. O Sr. Presidente colocou em 1ª discussão o projeto-lei nº 5/63 que "Dispõe sobre a Reforma dos Estruturamos Administrativos da Prefeitura Municipal de Lavras e dá outras providências", mandando em que estava presente os senhores vereadores. Usando da palavra o Sr. Vereador Geraldo Sampaio pediu dispensa para retirar do plenário até o término de votação do referido projeto e que em sessão ordinária para discussão do mesmo, ainda o Sr. Prefeito fosse chamado em diligência a fim de explicar o projeto nº 5/63. Usando da palavra o Sr. Vereador Francisco Rodrigues Filho ao Vereador Geraldo Sampaio que permitisse a votação do projeto nº 5/63 e que o mesmo comprometia com sua declaração que apresentaria as devidas modificações, o Vereador Geraldo Sampaio negou o pedido. Disse o Sr. Geraldo Sampaio, se intimamente contrário ao Plano Diretor e que o referido projeto foi elaborado simplesmente para que a Prefeitura pudesse receber a parcela que lhe cabe, pois pensa, mais uma vez que nada foi estudado para o bem da cidade, disse ainda o Sr. que as emendas propostas pela Comissão de Justiça eram para modificarem todo trabalho da Prefeitura. Em seguida colocada a Ordem do dia sob os votos dos Srs. Vereadores Antônio F. Sobrinho e Edmundo Lemos, o Sr. Geraldo Sampaio pediu que fosse adiada a votação do referido projeto para a sessão ordinária para discussão. Usando da palavra o Sr. Prof. Simão Sirer apresentou emenda ao projeto 5/63 ao seu artigo décimo segundo (12º). Esta emenda foi enviada aos membros da Comissão de Justiça, para parecer. Usando da palavra o Sr. Geraldo Sampaio concordou com o pedido da emenda e solicitou a Ordem que o Assessoria pudesse uma vez e ainda, que a Associação Brasileira de Municípios por intermédio do Governo, está encarregada em auxiliar os municípios com assessoria do Plano Diretor em todos os seus aspectos e que ainda os mesmos não estão sendo financiados pela Secretaria do Interior. Com a palavra o Sr. Vereador Francisco Rodrigues Filho, pede votação ao projeto nº 5/63 e requereu ofício ao Sr. Prefeito no sentido de fornecer a relação do Contrato entre a Prefeitura e Municípios. O pedido da emenda foi pela comissão e aprovado, a mesa foi Antônio F. Sobrinho, José B. Gouvêa e Francisco Rodrigues, e não nada

...rovado e não foi aprovado. Pela ordem o Sr. Vereador Francisco Rodrigues requereu ...regime de urgência em três discussões e votação nominal em uma única ...ssão, para o projeto supra mencionado. Este pedido foi aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão e votação em regime de urgência o projeto foi aprovado por dez votos contra um. Em 2ª discussão em regime de urgência o projeto nº 4/63 foi aprovado por dez votos contra um. Bem como em 3ª discussão e votação em regime único. Foi colocado em discussão o projeto-lei nº 5/63 que "Dispõe sobre a reestruturação dos cargos da Prefeitura Municipal de Laranjal, estabelece tabela de vencimentos e dá outras providências". Usando da palavra, o Sr. Professor Saulo Silva explicou que tais emendas vão de 5, 6 e 7 respectivamente. Sobre o artigo 5º a emenda tem por fim limitar a porcentagem de 10%, que o funcionário do Ambulatório virá receber. Referente a esta emenda discutiram o Sr. Eduardo Lemos e o funcionário não ganhou salário fixo e sim que virá dos 10%, como um aparte, o Sr. Souza Lima, disse ser merecido esta porcentagem em função ao trabalho que aquele funcionário desempenha. Continuando, o Sr. Eduardo explicou que este Ambulatório auxiliaria os demais hospitais. Com um aparte, disse o Sr. Antônio Freitas, que devido a falta que a Prefeitura não dá atendimento em virtude de os funcionários reclamarem muito e que o funcionário do Ambulatório só atenderia a parcela estabelecida, dirigiu aos Cofres da Municipalidade com estes informes, na prática não irá acontecer o que diz o projeto em seu todo. Usou da palavra o Sr. Dr. Francisco Rodrigues, requereu regime de urgência em três discussões e votação em uma única sessão para o projeto em discussão. Os vereadores foram favoráveis a concessão da justiça para funcionários. Usando da palavra o Sr. Dr. Francisco Rodrigues, leu um longo artigo sobre a emenda ao artigo 5º que segue a lei anexa em vigor na data de sua publicação e não resolveu dar o seu depoimento como queria, disse o Sr. que devido ao horário único que os trabalhadores da rua percebem, deveriam haver uma consideração permitindo a aprovação do artigo como pede o projeto. Com um aparte o Sr. José Santos, explicou que, o aumento deveria ser a partir de janeiro do ano vindouro. Continuando o Sr. Dr. Francisco Rodrigues requereu ao plenário que retirasse desta o artigo 6º. O regime de urgência subme-

tido e voto foi aprovado. Sobre as conclusões do Sr. Francisco, referiu-se a seguir o Sr. Presidente indagando aos vereadores se estavam de acordo com as conclusões daquele Sr. Disse o Sr. Prof. Samuel Sabe que no caso a lei teria efeito retroativo, o que ele não concorda, pois deve entrar em data de sua publicação. Com a palavra o Sr. Sérgio Dias pediu ao Sr. que ouvisse Tribuna, ficando com os funcionários permitindo-lhe a lei efeito retroativo. Continuando a discussão do projeto em relação à emenda o Sr. Presidente indagou aos Srs. José Santana e José Conrado quais os pontos de vista sobre a conclusão do Sr. Dr. Francisco, uma vez que aprovou a emenda. Disse o Sr. José Santana ser plenamente favorável ao projeto, mas não que tenha efeito retroativo. O Sr. José Conrado afirmou concordar com o ponto de vista dos demais vereadores. Os emendas foram colocadas em discussão, sendo primeiramente referente aos artigos 58 e 67. Submetido a votação as emendas aos referidos artigos foram aprovadas por unanimidade. Sobre a emenda ao artigo 68 usou da palavra o Sr. Antônio F. Schmidt, dizendo ser favorável ao projeto e que como membro da Comissão de Justiça foi um dos que deu o parecer pela aprovação, mas não admite que a lei tenha efeito sobre o passado, ainda o Sr. congratulou com o progresso da emenda. Usando a palavra o Sr. Dr. Francisco Rodrigues, externando o seu ponto de vista e de uma maneira clara se contrário a emenda ao artigo 68 e por isso votará com sua bancada votando contra, por achar que a lei deve vigorar a partir do início de agosto. Usando a palavra, o Sr. Sérgio Dias requereu voto secreto, para que assim o presidente pudesse votar. Este solicitação submetida a voto foi rejeitada por seis contra três votos. As emendas submetidas a voto foi aprovada por seis votos contra três. Foi colocado em 1º discussão o projeto e emendas, os Srs. Sérgio Dias e José Santana congratularam com os funcionários da Prefeitura. Ocupando a tribuna, o Sr. Samuel Sabe externou que o Prefeito Municipal não teria condições de pagar o estipulado, pois certa vez tinha ido ao Prefeito, pedir ajuda para o Grupo Paulo Francisco, este negou-lhe alegando não possuir a quantia estipulada. Usando a palavra o Sr. Dr. Francisco Rodrigues discordou com o ponto de vista do Sr. Samuel

Silva, para o Quadro Público até em condições satisfatórias, pois este contrato não teria prazo a decorrer, não teria concedido vantagens aos Funcionários Municipais futuramente do Contrato, com um aspecto o Sr. José Gonçalves afirmou que a verba destinada ao Contrato ainda não foi liberada. O projeto submetido a votação em regime de urgência foi aprovado por todos os Srs. presentes. Em 2ª discussão a votação em regime de urgência, também logrou aprovação unanime, bem como em 3ª votação em sua redação final. O Sr. Presidente colocou em 1ª discussão o projeto de aumento de vencimento dos funcionários da Câmara. Pela ordem o Sr. Francisco Martins requereu regime de urgência, em tais documentos a votação em uma única sessão. Submetido a votação tal pedido foi aprovado. Em 1ª votação em regime de urgência o projeto foi aprovado, bem como em 2ª votação e em terceira em sua redação final. Passando a 3ª parte, usou da palavra o Sr. Hermani Cavalcanti que requereu ofício aos diretores das plantas para aquisição de títulos, solicitando coloque uma assinatura de um exemplar novo para mim e cada vereador, para contribuição do Casino Local. Este ofício foi aprovado por unanimidade. Pela ordem o Sr. Souza Lima requereu a suspensão dos serviços das vinte e dois e vinte e nove do corrente. Pedido este aceito por todos os Vereadores. Nada mais havendo a se tratar, encerrou-se a sessão, designando determinada a próxima para o dia 1º de setembro. Em tempo: onde se lê; referência empregados de nos; leia-se; empregados da casa e os funcionários da Prefeitura, como tal, estes, não sujeitos a consolidação as leis do trabalho.

Hermano Cavalcanti - Presidente.

Secretário

Heródes de Souza Lima